

Propina do MEC era pedida até em Bíblias, diz prefeito

MINISTÉRIO PARALELO

MOEDA DE TROCA

Prefeito relata pedido de propina no MEC até em Bíblia, e PGR quer investigar

DANIEL GULLINO, GERALDO DOCA, AGUIRRE TALENTO, PAULA FERREIRA E PATRIK CAMPOREZ

Em um novo episódio de atuação suspeita de pastores evangélicos junto ao Ministério da Educação (MEC), dois prefeitos relataram ao GLOBO que um dos religiosos, Arilton Moura, lhes pediu propina de R\$ 15 mil e R\$ 40 mil. O suborno, segundo Kelton Pinheiro (Cidadania), mandatário de Bonfínópolis (GO), e José Manoel de Souza (PP), que comanda Boa Esperança do Sul (SP), seria pago em dinheiro e até por meio da compra de bíblias. Com o aprofundamento da crise, o procurador-geral da República, Augusto Aras, pediu ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) a abertura de um inquérito para investigar as suspeitas de eventuais crimes cometidos pelo ministro da Educação, Milton Ribeiro, por Moura e outro pastor, Gilmar Santos.

A primeira providência para apurar os indícios de irregularidades partiu da Procuradoria-Geral da República (PGR). Na petição protocolada na Corte, Aras aponta a possível ocorrência dos crimes de corrupção passiva, tráfico de influência e advocacia administrativa. O procurador-geral citou ainda que o ministro não negou as reportagens veiculadas na imprensa a respeito do caso e admitiu os encontros com os pastores.

A PGR sustenta que a posição ocupada por Ribeiro lhe dá a possibilidade de direcionar a alocação de recursos do Fundo de Desenvolvimento Nacional da Educação (FNDE) para determinado município, o que permitiria o favorecimento a aliados. O pedido de investigação cita "a existência de uma potencial contrapartida à prioridade concedida na liberação dessas verbas" em troca da construção de igrejas nos municípios, o que poderia caracterizar os crimes.

O Tribunal de Contas da União (TCU) também instaurou uma fiscalização extraor-



Acesso. O ministro da Educação, Milton Ribeiro, com o pastor Arilton Moura em reunião no MEC. religioso intermediava contato com prefeitos

dinária para esquadrihar os convênios firmados pelo Ministério da Educação.

As acusações mais graves miram na dupla de pastores. Arilton Moura é assessor de Assuntos Políticos da Convenção Nacional de Igrejas e Ministros das Assembleias de Deus no Brasil. A organização tem como presidente o também pastor Gilmar Santos, que tinha acesso ao Palácio do Planalto e se reuniu quatro vezes com o presidente Jair Bolsonaro, como revelou O GLOBO. Os dois religiosos atuam como assessores informais do MEC, intermediando reuniões com gestores municipais e ajudando na liberação de recursos da pasta, segundo revelou o jornal "O Estado de S. Paulo". Em uma conversa gravada, publicada pelo jornal "Folha de S. Paulo", Ribeiro afirmou que o governo prioriza prefeitos assessoreados pelos líderes evangélicos e que isso atenderia a uma solicitação de Bolsonaro.

O prefeito de Bonfínópolis (GO), Kelton Pinheiro (Cidadania), e o de Boa Esperança do Sul (SP), José Manoel de

AS INVESTIDAS DO PASTOR

Os prefeitos de Bonfínópolis (GO), Kelton Pinheiro, e o de Boa Esperança do Sul (SP), José Manoel de Souza, contaram ao GLOBO que o pastor Arilton Moura lhes pediu propina, respectivamente, de R\$ 15 mil e R\$ 40 mil. Ao primeiro, o assessor informal do MEC disse ainda que parte da propina poderia ser paga com a compra de bíblias, para ajudar na construção de sua igreja.



Editoria de Arte

Souza (PP) afirmaram que Moura era explícito ao exigir a propina para destravar recursos do ministério voltados à construção de escolas nos municípios. Ouvidos separadamente pela reportagem, eles relataram um roteiro semelhante desde o compromisso de suborno por parte de Moura. Pinheiro conta que se reu-

niou no MEC, em Brasília, com Milton Ribeiro e outros 15 gestores municipais em 11 de março de 2021. O encontro consta da agenda oficial do ministro. Na ocasião, Ribeiro fez um discurso contra a corrupção, de acordo com Pinheiro, deixou o local na companhia de Arilton Moura e de Gilmar Santos, o outro pastor acusado de fazer lobby na pasta. Em se-

guida, ainda de acordo com o relato, os dois pastores voltaram e chamaram os prefeitos para um almoço. No restaurante, Arilton Moura sentou-se à mesa de Kelton Pinheiro e questionou se ele teria algum pedido de melhorias para sua cidade. Ao ouvir que o município precisava de mais uma escola, segundo o prefeito, o pastor teria solicitado dinheiro para ajudá-lo na empreitada junto ao MEC.

—(Moura) Disse que eu teria de dar R\$ 15 mil a ele naquele dia para ele fazer a indicação. (Ele disse) "Transfere para minha conta, é hoje (...)" No Brasil as coisas funcionam assim" —contou Pinheiro.

Segundo o prefeito de Bonfínópolis, em seguida, Arilton Moura teria feito uma proposta inusitada:

—Que eu desse uma oferta para a Igreja (dele), que eu comprasse umas bíblias para ajudar na construção dessa igreja (...). Seria uma venda casada. Eu teria que comprar essas bíblias, porque ele estava em campanha para arrecadar dinheiro para a construção da igreja. O mesmo enredo é narrado

pelo prefeito de Boa Esperança do Sul, José Manoel de Souza. Ele conta que participou de um encontro promovido pelo ministro da Educação com cerca de 30 gestores municipais em 13 de janeiro de 2021 — a audiência também foi publicada na agenda oficial. Nessa reunião, Souza pretendia apresentar demandas de ampliação de uma escola em sua cidade e acabar com a terceirização de ônibus escolar.

MINISTRO REBATE

O administrador de Boa Esperança do Sul conta que, após protocolar o pleito no ministério da Educação, ele e outros chefes de Executivos municipais foram para um restaurante de Arilton Moura, ocasião em que teria ocorrido o pedido de propina.

— Eu perguntei: "Senhor Arilton, como serão as liberações? Vai ser para todos os municípios?" E ele falou: "Vamos ali fora... E vou ser bem sincero. Tem escolas profissionalizantes no seu município?" Eu disse que não, porque a cidade é pequena, e a gente precisa aumentar creches e ônibus escolar. E ele falou: "Se você quiser, eu passo um papel agora, ligo para uma pessoa e as escolas profissionalizantes vão chegar ao seu município, mas, em contrapartida, você precisa depositar R\$ 40 mil para ajudar a igreja. Uma mão lava a outra, né?" — relembra Souza. — Eu bati nas costas dele e falei: "Obrigado, senhor Arilton, mas para mim não serve".

Em nota, Milton Ribeiro negou as acusações de irregularidades e afirmou que "não há nenhuma possibilidade" de "determinar alocação de recursos para favorecer ou desfavorecer qualquer município ou estado". Ele ainda registrou que o presidente "não pediu atendimento preferencial a ninguém" e que "solicitou apenas que pudesse receber todos que nos procurassem". À CNN, o ministro disse que depois uma denúncia anônima da possível atuação dos pastores, pediu à Controladoria-Geral da União que tomasse providências. A CGU afirmou ontem que encontrou indícios da prática de crimes no pedido de propina para liberar recursos do MEC, mas não encontrou irregularidades por parte de agentes públicos. Gilmar Santos negou que tivesse qualquer poder sobre a agenda ou as verbas do MEC.

PAÍS TEM MAIS DE 3,5 MIL OBRAS ESCOLARES ATRASADAS, NA PÁGINA 10

QUEM É

Milton Ribeiro, MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Um sacerdote que alia religião à pedagogia, colecionando crises e declarações polêmicas

JAN NIKLAS jan.niklas@infoblog.com.br

Pastor na Igreja Presbiteriana, teólogo e advogado com doutorado em educação, Milton Ribeiro é o quarto ministro da Educação do governo Jair Bolsonaro (PL). À frente da pasta desde julho de 2020, construiu uma carreira aliando religião à pedagogia e colecionando polêmicas e crises.

Ribeiro tem 64 anos e é membro do Conselho Deliberativo do Instituto Presbiteriano Mackenzie, mantenedora da Universidade Presbiteriana Mackenzie, da qual foi vice-reitor e reitor em exercício, entre 2000 e 2003. Ele é pastor na Igreja Presbiteriana Jardim de Oração de Santos, no litoral de São Paulo.

Segundo seu currículo acadêmico na plataforma Lattes, Ribeiro é graduado em Teologia e Direito, fez mestrado em Direito e doutorado em Educação — essa última formação pela Universidade de São Paulo, em 2006.

O pastor assumiu o MEC após as gestões de Ricardo Vélez Rodríguez, Abraham Weintraub, e a passagem relâmpago do economista Carlos Decotelli.

Segundo publicou O GLOBO à época, Ribeiro teve seu nome levado a Bolsonaro pelo então ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Jorge Oliveira. Seu nome também

foi encampado pelo então titular da Justiça e atual ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), André Mendonça, que também é pastor presbiteriano. Como titular da pasta, Milton Ribeiro coleciona frases controversas que foram amplamente criticadas, além de crises de gestão no MEC que provocaram debandadas em entidades da pasta.

CRIME DE HOMOFOBIA

Em setembro de 2020, Ribeiro fez declarações homofóbicas relacionando a homossexualidade a famílias destruídas. "Acho que o adolescente, que muitas vezes opta

por andar no caminho do homossexualismo (sic), tem um contexto familiar muito próximo, basta fazer uma pesquisa. São famílias desajustadas, algumas. Falta atenção do pai, falta atenção da mãe", disse. A fala fez a Procuradoria-Geral da República (PGR) denunciá-lo ao STF por crime de homofobia. No ano passado, Ribeiro declarou que a "universidade deveria, na verdade, ser para poucos". Além disso, afirmou que, quando um aluno com deficiência é incluído em salas de aula comuns, ele não aprende e ainda "atrapalha" a aprendizagem dos colegas. Também em 2021, menos de

três semanas antes da aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), 37 servidores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pela prova, entregaram seus cargos numa demissão em massa da entidade. Eles justificaram a saída pela "fragilidade técnica e administrativa da atual gestão máxima" do órgão, além de mencionarem episódios de assédio moral. Alguns profissionais acusaram o órgão de pressioná-los para que evitassem escolher questões polêmicas na prova que, eventualmente, pudessem incomodar Bolsonaro.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política **Página:** 4